



**Perspectivas interdisciplinares sobre as definições e nomenclaturas no
Campo de Plnm**

**Interdisciplinary perspectives on definitions and nomenclatures in the Field
of Plnm**

**Perspectivas interdisciplinarias sobre definiciones y nomenclaturas en el
Campo de la Plnm**

DOI: 10.55905/revconv.18n.2-139

Originals received: 1/10/2025

Acceptance for publication: 1/31/2025

Evitani Rodrigues Wilc

Mestre em Sociedade Cultura e Fronteiras

Instituição: Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Endereço: Foz do Iguaçu - Paraná, Brasil

E-mail: evitani.r.w@hotmail.com

Denise Rosana da Silva Moraes

Doutora em Educação

Instituição: Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Endereço: Maringá - Paraná, Brasil

E-mail: denisepedagoga@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo identificar as diversas nomenclaturas associadas ao conceito de Língua Portuguesa Não Materna (PLNM) e delinear suas características. Trata-se de um tema desafiador, pois os conceitos frequentemente se sobrepõem, exigindo uma investigação de produções acadêmicas que explorem as definições conceituais da língua portuguesa. Este estudo, vinculado a uma pesquisa realizada em um programa de pós-graduação em Línguas Adicionais oferecido pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), compreende a língua como um sistema dinâmico e em transformação constante, adaptando-se às necessidades humanas de acordo com os contextos em que está inserido. Para o desenvolvimento deste artigo, de natureza qualitativa, bibliográfica e descritiva, fundamentamo-nos em autores como Jordão (2006), cuja trajetória acadêmica contribui significativamente para o campo de estudo das línguas adicionais. Entende-se que o tema em questão não se esgota neste recorte, mas busca ampliar reflexões sobre os conceitos aqui evidenciados, particularmente as terminologias associadas ao Português como Língua Adicional (PLA). Essa abordagem visa compreender como a interação linguística facilita a integração global e a construção de significados no contexto educacional e cultural.

Palavras-chave: língua portuguesa não materna, interação linguística, interdisciplinaridade, nomenclaturas.



ABSTRACT

This article aims to identify the various nomenclatures associated with the concept of Portuguese as a Non-Native Language (PLNM) and outline their characteristics. This is a challenging topic, since the concepts often overlap, requiring an investigation of academic productions that explore the conceptual definitions of the Portuguese language. This study, linked to a research carried out in a postgraduate program in Additional Languages offered by the Federal University of Latin American Integration (UNILA), understands language as a dynamic system in constant transformation, adapting to human needs according to the contexts in which it is inserted. To develop this article, of a qualitative, bibliographical and descriptive nature, we based ourselves on authors such as Jordão (2006), whose academic trajectory has contributed significantly to the field of study of additional languages. It is understood that the topic in question is not limited to this section, but seeks to broaden reflections on the concepts highlighted here, particularly the terminologies associated with Portuguese as an Additional Language (PLA). This approach aims to understand how linguistic interaction facilitates global integration and the construction of meanings in the educational and cultural context.

Keywords: non-native Portuguese language, linguistic interaction, interdisciplinarity, nomenclatures.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo identificar las diferentes nomenclaturas asociadas al concepto de Lengua Portuguesa No Nativa (PLNM) y describir sus características. Se trata de un tema desafiante, pues los conceptos a menudo se superponen, requiriendo la investigación de producciones académicas que exploren las definiciones conceptuales de la lengua portuguesa. Este estudio, vinculado a una investigación realizada en el marco del programa de posgrado en Lenguas Adicionales ofrecido por la Universidad Federal para la Integración Latinoamericana (UNILA), entiende la lengua como un sistema dinámico en constante transformación, adaptándose a las necesidades humanas según los contextos en los que se desarrolla. en el que se inserta. Para desarrollar este artículo, de carácter cualitativo, bibliográfico y descriptivo, nos basamos en autores como Jordão (2006), cuya trayectoria académica ha contribuido significativamente al campo de estudio de las lenguas adicionales. Se entiende que el tema en cuestión no se agota en esta sección, sino que busca ampliar reflexiones sobre los conceptos aquí destacados, particularmente las terminologías asociadas al Portugués como Lengua Adicional (PLA). Este enfoque pretende comprender cómo la interacción lingüística facilita la integración global y la construcción de significados en el contexto educativo y cultural.

Palabras clave: lengua portuguesa no nativa, interacción lingüística, interdisciplinariedad, nomenclaturas.

1 INTRODUÇÃO

Para construção desse artigo, o qual se objetiva a identificação das nomenclaturas diversas que orbitam o conceito de Língua Portuguesa não Materna - PLNM atualmente, cujo desafio



consiste em delimitar suas características, uma tarefa árdua tendo em vista que, um conceito por vezes acaba por atravessar outro, e, portanto, a necessidade de investigar produções acadêmicas já presentes que estão atreladas ao campo do saber que, aqui se remetem as definições conceituais de língua portuguesa.

Em decorrência do processo de globalização que se iniciada em meados do século XV, o mundo passa a se “unificar” sobretudo nas áreas sociais e econômicas. Mas para que isso se torne possível um campo específico teve grande influência para a consolidação destas ações, que se denomina por comunicação/interação, portanto, o conceito de globalização que aqui se infere a comunicação como mecanismo de integração a qual se possibilita via a interação, uma prática unicamente humana (LEFFA, 2001), pois sem esta via seria impossível promover essa “integração”.

Com base nesse entendimento, abordaremos o papel da língua não enquanto sistema, mas sim como instrumento de comunicação social (Jordão, 2006), mais especificamente da língua Portuguesa no âmbito de PLNM, isso porque, antes de adentrar o PLA, se faz necessário ter o entendimento de que o indivíduo possivelmente se encontra na esfera do PLNM, terminologia que permeia objetos de estudo desta pesquisa (formação em PLA ou PLE, a depender a instituição/ diversidade de nomenclaturas/ possível perfil dos egressos desses cursos).

Antes de adentrar nessa seara, se torna relevante destacar que o Português enquanto língua de comunicação pode apresentar diferentes configurações a depender do contexto no qual está sendo utilizado, bem como para a finalidade a qual se objetiva usá-lo (Jordão, 2014), questão que infere na forma de uso, ou seja, a intencionalidade aplicada ao uso e ao ensino da língua, neste caso do Português, traz um fim específico e, a partir desta compreensão discorre este capítulo.

Para isso, será ponderado primeiro a partir de conceitos e contribuições de autores como Jordão (2013), Bulla e Kuhn (2020), que irão tratar acerca das definições de uso da língua, assim como as nomenclaturas atribuídas ao Português.

Com base nas contribuições de Bulla e Kuhn (2020) a língua portuguesa, língua oficial do Brasil, pode adotar diferentes configurações a depender das formas de uso, no que condiz em exemplificar o português para fins específicos, de comunicação, de ensino, de aprendizagem etc.

Desse modo a comunicação pode ser direcionado como forma de interação entre pessoas, para fins de localização, para dar ou pedir informações, para locomoção, trabalho, estudo. No entanto como definir a nomenclatura “correta” para cada situação? Para isso iremos apresentar



no próximo tópico as definições das esferas que dispõem maior evidência no campo de estudo e pesquisa em torno do PLNM.

Importante frisar que este estudo tem como foco o ensino de PLA e/ou PLE, ambos os termos visam o ensino de Português como língua não materna, questão que se torna visível nos PPCs, o fator chave entre ambos está na finalidade para qual cada um se destina.

A priori é possível dizer que o português como língua adicional – PLA refere-se ao ensino e aprendizagem do português como uma língua de aquisição interacional, destinada a pessoas que já têm uma língua materna. Nesse caso, o português não substitui a língua materna, mas é adquirido com a finalidade de se comunicar em situações específicas, como viagens, negócios, estudos, ou para fins de enriquecimento pessoal. O português como língua adicional é frequentemente ensinado em escolas de idiomas, cursos de idiomas ou programas de educação.

No caso do português como língua estrangeira - PLE Bulla e Kulm (2020), argumentam que neste caso o português se direciona para práticas de estudo, logo ensino e aprendizagem, o modelo PLE está voltado para pessoas que não têm uma ligação direta com o país ou com a cultura na qual português é a língua materna. Geralmente, os alunos de português como língua estrangeira são estrangeiros que estão aprendendo a língua para se comunicar em um contexto fora do país onde o português é falado. Essa aprendizagem pode ser motivada por razões acadêmicas, profissionais, de turismo, entre outras. Muitas vezes, o ensino de português como língua estrangeira envolve aulas especializadas e materiais de aprendizagem adaptados para atender às necessidades desses alunos.

Em resumo, a diferença entre "português como língua adicional" e "português como língua estrangeira" está relacionada à finalidade de uso. Enquanto o PLA se refere ao ensino de português para pessoas que já têm uma língua materna diferente, independente da nacionalidade, o PLE direciona geralmente ao ensino de português para estrangeiros que, não têm uma conexão prévia com a língua ou cultura portuguesa. Ambos os casos envolvem aprendizagem do português, mas com finalidades e os objetivos distintos.

Bulla e Kuhn (2020) relatam que essas terminologias, em torno do português e demais línguas emergiram ao final da década de 1980 no Brasil, momento no qual se inicia nas universidades a ministração de cursos que trazem o termo “línguas estrangeiras modernas” os quais teriam como intento a socialização destas. No quadro abaixo é possível visualizar as principais siglas que serão apresentas na sequência.



Quadro 1 – Definições do Português (ensino-aprendizagem) a partir de contextos de uso.

SIGLA	DEFINIÇÃO	REFERÊNCIA
PLE	“Uma língua estrangeira é definida como um idioma não falado pela população de um determinado local”.	Fontana, Camargo e Nunes (2022).
PFOL	“Português para Falantes de Outras Línguas”.	Bulla e Kulm (2020, p. 5).
PLNM	“PLNM assim como o PLE têm como principal característica os movimentos migratórios presentes na globalização atual, caracterizada pela diminuição das distâncias espaciais e temporais e pelas porosidades das fronteiras nacionais”	Fontana, Camargo e Nunes (2022, apud Kumaravadivelu, 2006, p.4).
PLM	“A definição de língua materna deve considerar diversos fatores, como: a língua da mãe, a língua do pai, da comunidade em que se vive, a primeira língua a ser adquirida, a língua falada no cotidiano, a língua falada predominantemente na sociedade, a melhor dominada pelo indivíduo, e por fim, a língua em que ele se sente mais à vontade. São esses os aspectos fundamentais para se identificar a língua materna”	Fontana, Camargo e Nunes (2022, p.4).
PLA	“à utilização do termo adicional, diz respeito ao acréscimo de um conhecimento a outro, sendo este a língua nativa do falante, e é muito utilizado por diversos pesquisadores em universidades brasileiras quando escrevem e trabalham com a área.”	Fontana, Camargo e Nunes (2022, p.5).
PLAC	“PLAc ...é recente nos ensinamentos de português, pois, o seu foco é o ensino da língua para os refugiados, migrantes forçados ou transmigrantes. Segundo Pereira (2017) a expressão “língua de acolhimento” surgiu em Portugal após o aumento dos movimentos migratórios no país, principalmente nos anos 2000.”	Fontana, Camargo e Nunes (2022, p. 7).
PLH	“O PLH é a língua adquirida junto da família e da comunidade de origem deslocalizada, num ambiente linguístico maioritário”	Fontana, Camargo e Nunes (2022, p. 6).
PL2	O ensino de PL2 (alguns autores também utilizam P2L e outras variações) é descrito por Almeida Filho (2007; 2017) como “a língua da sociedade circundante e a língua através da qual a Diferentes nomenclaturas de português como língua [...] O termo L2 é também uma referência a outras línguas ou línguas estrangeiras”.	Fontana, Camargo e Nunes (2022, p.5-6).

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Após a visualização, do quadro, abordaremos cada uma delas, com o intuito de facilitar a compreensão das diversas nomenclaturas, abordaremos ainda que brevemente, as principais definições dos termos: Português como Língua Estrangeira (PLE), Português como Segunda Língua (PSL), Português para Falantes de Outras Línguas (PFOL), Português como Língua Não



Materna (PLNM), Português como Língua Adicional (PLA), Português como Língua de Acolhimento (PLAc) e Português como Língua de Herança (PLH), a partir das contribuições de Bulla e Kuhn (2020) e Fontana, Camargo e Nunes (2022).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PORTUGUÊS COMO LÍNGUA MATERNA – PLM

De acordo com Fontana; Camargo e Nunes (2022) em sua pesquisa pode-se evidenciar que, para empregar o termo PLM, é necessário inserir dois fatores categóricos no que tange o status de língua para um indivíduo, sendo a questão psicolinguística e a sociolinguística. Para as autoras, psicolinguística está associada a interação entre os pares, e a sociolinguística grosso modo seria a relação língua sociedade (acordos, normas).

Para estas autoras a aquisição da primeira língua, ou língua materna, está associada ao incremento da informação do saber de mundo. O PLM traz consigo habilidades comunicativas, assim como valores individuais e culturais. Outro ponto evidenciado pelas autoras que está atrelado ao termo "língua materna" consiste no fato de que a PLM ou LM não está condicionado à língua falada pela família ou à primeira língua aprendida a qual pode ser a PLA e PLE.

Já para Almeida Filho (2005) Português como Língua Materna é entendida como (L1). Para este autor a L1 se refere a (primeira língua), essa portanto consiste na língua que uma pessoa adquire naturalmente desde o nascimento, ou nos seus primeiros anos de vida, no seu ambiente familiar ou cultural. Essa língua se define como aquela utilizada para se comunicar com sua família, amigos e na maioria das situações cotidianas.

Com base no exposto é possível visualizar uma distinção entre os autores citados, um defende a LM como sendo a primeira língua aprendida e utilizada em seu cotidiano familiar, em contrapartida o outro autor defende que a LM não necessariamente pode ser aquela utilizada em contexto familiar. Desse modo arrisco aqui exemplificar nosso entendimento associando a LM enquanto PLM.

Exemplo: Mãe ouvinte PLM, filho surdo, LM a sinalizada.



No entanto, ambos os autores se aproximam ao destacar que geralmente a LM é aquela língua falada em casa com os pais e familiares, logo aquela que é predominante.

2.2 PORTUGUÊS COMO LÍNGUA NÃO MATERNA - PLNM

Segundo Fontana; Camargo e Nunes (2022) no que condiz PLNM, persiste dentro dessa esfera outras subdivisões que merecem atenção, segundo estas autoras o PLAc, PLH e PLE, estão associadas aos movimentos de migração, e desse modo estão entrelaçadas o termo PLNM.

Almeida Filho (2005) também destaca que o Português como língua não materna pode se definir como (L2), esse autor denota que, o português como língua não materna, frequentemente se referi a L2 (segunda língua) como aquela que uma pessoa aprende como segunda opção de língua, geralmente após já ter adquirido uma língua materna. Essa aquisição ocorre por meio de estudo, experiência ou exposição a um novo ambiente linguístico.

Almeida Filho (2001) salienta que, as pessoas que aprendem o português como L2 por vezes não a têm como sua língua principal e, portanto, enfrentam desafios adicionais na aquisição, como a aquisição de sotaque ou o domínio de regras gramaticais mais complexas. O português como L2 é comumente aprendido por estrangeiros que desejam se comunicar em países onde o português é a língua oficial

Exemplo: Indivíduo que tem PLM, e passa a aprender uma L2 por aquisição.

2.3 PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA - PLE

Para Fontana; Camargo e Nunes (2022) o PLE se configura em uma língua alheia, a qual não é predominante como idioma local, tão pouco falada pelos habitantes de uma determinada localidade, sob essa perspectiva a PLE seria subentendida como uma segunda língua que é apreendida como instrumento de acesso a novas possibilidades de aprendizagem, destacando que neste caso já existe por parte deste indivíduo uma LM (aqui entendemos como sendo a PLM)

Porém, a grande diferença é que a língua estrangeira não serve necessariamente à comunicação e, a partir disso, não é fundamental para a integração, enquanto a segunda língua desempenha um papel até mesmo vital numa sociedade. Detecta-se o ensino de PLE em universidades brasileiras para o ensino da língua aos intercambistas, nas universidades



estrangeiras para os alunos com interesse de aprender a língua, ou para o ensino de português para fins específicos, como para negócios e questões profissionais. (FONTANA; CAMARGO E NUNES, 2022, p. 5).

Portanto, a PLE está direcionada para um fim, como citado acima, estudo ou trabalho.

Exemplo: Alunos PLE na grande maioria, estão atrelados ou associadas a questões de estudo ou trabalho.

2.4 PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ADICIONAL – PLA

O Português enquanto PLA está associado ao acréscimo, algo que vem somar neste caso a língua como conhecimento, essa abordagem não está associada a uma finalidade, mas sim a valorização, inserção, integração entre os indivíduos que partilham ou não de uma língua “nativa”. Sobre isso consideramos a utilização desta como um campo de pesquisa, Fontana; Camargo e Nunes (2022).

A exemplo disso citamos a Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, pois sua política formativa e de ensino, impulsiona a valorização do PLA por meio da formação de profissionais habilitados ao ensino da língua portuguesa, e para além disso oferta a uma especialização no campo de ensino-aprendizagem em de PLA. De acordo com as autoras o PLA tem como intento não apenas a obtenção de uma nova língua, mas sobretudo proporcionar o indivíduo “autoconhecimento, interdisciplinaridade e a participação em novos contextos”. Fontana; Camargo e Nunes (2022) evidenciam que o PLA a depender da instituição pode ser abordado como português para indivíduos que dispõe de outras Línguas – PFOL.

Exemplo: Estrangeiro que por motivos aleatórios se muda para o Brasil, já tem LM e passa aprender o português em contexto de uso social.

2.5 PORTUGUÊS COMO SEGUNDA LÍNGUA - PL2

O português como segunda língua o PL2 se remete ao ensino da língua para o estrangeiro, Fontana; Camargo e Nunes (2022) estas autoras enfatizam que a principal diferença do ensino de língua estrangeira, de língua para estrangeiros e segunda língua são as variáveis que não estão na natureza das considerações linguísticas nem na fundamentação do processo de aquisição de



uma língua nova, porém, é encontrada nas considerações circunstanciais do ensino e da aprendizagem, ou seja, na especificidade elencada em cada uma das abordagens.

Exemplo: Idem ao PLNM.

2.6 PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE HERANÇA - PLH

O Português como língua de Herança - PLH entendida como uma língua adquirida no âmbito familiar ou de uma comunidade de origem que tenha sido deslocada, no qual sua língua não apresente preponderância, pois no ambiente linguístico que irá integrar já há a existência de outra língua majoritária. Conforme explica Bulla e Kulm (2020)

[...] Português como Língua de Herança (PLH) reúne trabalhos que enfocam comunidades de brasileiros que migraram para países em que o português não é língua oficial (ou uma das oficiais) e que desejam que seus filhos aprendam português (ver, por exemplo, Mota 2008 e Melo-Pfeifer 2018). A denominação língua de herança (heritage language - ver, por exemplo, Valdés 2005) é usada internacionalmente em estudos sobre manutenção/preservação de línguas em geral minoritárias e centralmente em contextos de migração para países em que os filhos não poderão, sem uma política de promoção do multilinguismo, ter acesso à educação escolar na(s) língua(s) da família - também referida como home language ("língua caseira/de casa" - ver, por exemplo, Schalley, Eisenchlas e Gagarina 2017) ou own language ("língua própria/sua língua" - ver discussão resumida em Hall e Cook 2012). (BULLA e KULM, 2020, p. 8).

Desse modo podemos perceber que, português enquanto PLH está atrelada a questões de conhecimento que, tem possivelmente a intenção de manter práticas de comunicação, com intuito de transmitir e manter fatores sociais, culturais que integram a identidade dos familiares, considerando o distanciamento entre o sujeito e sua origem, pois como alude Bulla e Kulm (2020) o PLH preponderantemente estão atrelados a contexto de migração.

Fontana, Camargo e Nunes (2022) define a PLH como espaço de

especialidade da língua estrangeira e se caracteriza como um contexto em que a língua utilizada pelo indivíduo e a cultura que lhe são ensinadas não são próprias do local onde ele reside. O termo "herança" (MELO-PFEIFER, 2018) se refere ao desejo de preservação ou recuperação da língua e cultura nacionais como capitais herdados de pais nativos ou quando pelo menos um deles é estrangeiro(a) residente com a família num outro país (FONTANA, CAMARGO & NUNES, 2022, p. 6).



Logo, a partir da ponderação citada, podemos supor que, a PLH é pertencente ao campo do PLE, ou seja, os dois conceitos se atravessam, e a distinção entre ambos pode estar associada o indivíduo e o contexto de uso, exemplo, um indivíduo descendente de brasileiros na China, aprendendo português está sob o conceito de PLH, por outro ângulo esse mesmo indivíduo em território brasileiro a trabalho ou estudo, cuja sua LM seja o mandarim, aprendendo o português estaria em contexto de PLE.

Exemplo: A PLH pode ser associado ao ensino de português para descendentes de brasileiros que residem em outros países.

2.7 PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO – PLAC

O termo português como língua de acolhimento – PLAc, talvez seja o mais objetivo, pois, está direcionado ao ensino de português para indivíduos específicos, como é o caso de refugiados, migrantes forçados ou transmigrantes. Fontana, Camargo e Nunes (2022) ao citar Pereira (2017) destacam que o termo “língua de acolhimento”

surgiu em Portugal após o aumento dos movimentos migratórios no país, principalmente nos anos 2000. Esses migrantes eram procedentes de países do leste europeu e dos continentes africanos e asiáticos, que estavam migrando para o país por diversos motivos, desde guerras até oportunidades de empregos. Segundo o autor, o PLAc surge como foco na aprendizagem, pois “era essencial à melhoria da qualidade de vida e à integração dos migrantes na nova sociedade em que se pretendiam inserir (FONTANA, CAMARGO & NUNES, 2022, p. 7).

Ainda de acordo com estas autoras, no Brasil essa nomenclatura se evidencia com a inserção dos haitianos e venezuelanos, frente a esse gradativo aumento de inserção de pessoas, surge também a necessidade de buscar meios de se ensinar o português a essas pessoas.

No entanto vale ressaltar que, a distinção entre PLE e o PLAc está justamente no perfil desses indivíduos, por exemplo, enquanto no ensino de PLE se tem indivíduos alheios as cargas culturais, ideológicas que se encontram intrínsecas a língua que se pretende adquirir, isso não se estende ao perfil dos aprendentes de PLAc, pois além de já terem diversos aspectos que estão enraizados na construção de sua identidade, ainda precisam lidar com outros fatores externos e internos, como preconceito, exclusão, traumas, readaptação, elementos estes que precisam ser considerados durante o processo de ensino de PLAc.



Com essa definição finalizamos aqui ainda que de forma breve, as definições que entendemos serem imprescindíveis para a compreensão das distintas nomenclaturas que permeiam a esfera do ensino da língua português a partir dos contextos específicos de uso.

Exemplo: PLAc, geralmente está associado ao ensino do português para refugiados.

Na sequência adentraremos nas inferências de ensino e aprendizagem dessas terminologias, e como estão sendo construídas a nível de formação.

2.8 PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM EM PLA

Mediante as inferências atreladas as nomenclaturas e suas forma de usos, as quais nos permite uma reflexão, em torno dos distintos conceitos que são elencados por diversos pesquisadores da área, partiremos para identificação de como estes cursos, que visam o ensino de português sub uma abordagem de PLNM, vem sendo desenvolvido e pensados pelas IES.

A língua portuguesa vem ganhando inúmeras configuração quando associadas ao processo de ensino-aprendizagem, um desafio a ser pensado, sobretudo no contexto da formação desses profissionais que se propõe a prática de ensino. Segundo estes autores, se tem a partir da década de 1960, um período no qual o português passa a ser percebido enquanto língua e com isso se dá sua valorização, a partir daí se tem nos Estados Unidos, universidades que passam a ofertar cursos que visam o ensino – aprendizagem da língua portuguesa.

No Brasil, no final da década de 1970 início de 1980, tem início a oferta de curso de PLA, Schlatter, Bulla, Costa (2020, p. 490). Estes cursos teriam como objetivo o ensino da língua portuguesa para estrangeiros. E assim, se iniciam na perspectiva de ensino-aprendizagem do PLA.

Moita Lopes (2019) destaca que a partir de estudos e pesquisas realizadas atualmente no campo da Linguística Aplicada, o conceito de ensino de língua vem adotando novos sentidos, que estão para além da necessidade usual da língua, mas também de promover um diálogo com as diversas condições que o uso de uma língua está implicada, por exemplo, quando falamos sobre todas as inferências contidas no ato comunicativo, devemos considerar que não é apenas unicamente no interagir com o outro mas, ter ciência de quem é esse outro.



Dentro de um contexto de interação temos diversas intersecções, na abordagem de ensino-aprendizagem de uma língua esse aspecto faz toda diferença. Principalmente quando se trata de uma segunda língua ou uma língua adicional de que deve ser assimilada, sobretudo, quanto esta não ocorre unicamente ao bel-prazer do indivíduo, mas, sim por questões emergências citamos aqui, os refugiados de guerra, os perseguidos políticos, refugiados forçados, imigrantes que estão em busca de condições de sobrevivência devido a desastres naturais, dentre outras condições.

Sob este mesmo viés, retomamos a questão como deve se dar o ensino da língua adicional, as abordagens que devem ser levadas em consideração pelos profissionais, e, talvez algo ainda mais amplo como distinguir uma definição de língua que condiz a condição específica de cada aprendiz, Jordão (2013) entende que a língua estará sempre atrelada a uma necessidade pré-existente.

Para esta autora, antes da construção do repertório de curso é necessário focar no público da aprendizagem, de modo a entender a real necessidade do aprendiz ou a finalidade que ele busca em aprender a língua, tendo sempre em mente a necessidade de manter a língua materna, pois, há nesta significados, valores, regras e sentidos, que constituem a identidade desse indivíduo.

Ao pensarmos acerca do processo de ensino-aprendizagem em um contexto latino-americano, algumas especificidades acabam por se tornarem desafios a serem superados, por exemplo, o caso do português e do espanhol. Sob uma visão ingênua temos no senso comum o entendimento que não existe muitas diferenças entre ambas as línguas, quando na verdade existem sim, embora o sotaque seja, o principal ponto comparativo é preciso se atentar às questões históricas que intrínsecas a esta, e tudo isso deve ser considerado durante o processo de ensino

[...] as especificidades para o ensino e a aprendizagem de português nesse contexto dizem respeito às relações que podem ser estabelecidas entre proximidades linguísticas e sócio-históricas. Isso inclui, por exemplo, refletir acerca dos usos das línguas nesse cenário em diferentes esferas de atuação, da necessidade de distinguir português e espanhol e para quais finalidades, das (im)possibilidades de intercompreensão, das demandas por determinados níveis de proficiência como marcadores de diferenças sociais, como porta de acesso ou barreira à cidadania, a bens culturais e à circulação em diferentes espaços sociais. Como sabemos, as relações de poder associadas ao uso das línguas são complexas e, ao mesmo tempo em que refletem e refratam relações mais amplas, histórico-político-culturais entre os grupos sociais implicados, possibilitam negociações no aqui e agora que demandam esforço e empatia para alcançar metas comuns, se assim for necessário ou desejado. (SCHLATTER, BULLA, COSTA, 2020, p. 495).



3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi a de revisão bibliográfica que é uma etapa fundamental no desenvolvimento de trabalhos acadêmicos, pesquisas científicas e projetos de investigação. Consistiu então em um levantamento sistemático e criterioso de materiais previamente publicados sobre um determinado tema, com o objetivo de sintetizar conhecimentos, identificar lacunas no referencial teórico e embasar novas investigações

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As ponderações, nos levam a acreditar que, quando não consideradas o método pode se tornar obsoleto, podendo funcionar perfeitamente para uma pessoa e ao mesmo tempo, não fazer o menor sentido para outra.

Quando se fala sobre o processo de ensino – aprendizagem de uma língua adicional temos que ter claro o que se busca nessa proposta.

O ensino de uma língua adicional, seja ela uma segunda língua (L2) ou uma língua estrangeira (LE), tem diversos objetivos e benefícios, que podem variar de acordo com as necessidades e interesses tanto do curso quanto dos alunos. Com base em Jordão (2014), Rojo (2013), Schlatter, Bulla, Costa (2020) e outros, pontuaremos alguns dos principais objetivos presentes no ensino de uma língua adicional:

5 CONCLUSÃO

O objetivo fundamental é adquirir a capacidade de se comunicar eficazmente em situações cotidianas ou profissionais em que a língua adicional seja necessária. Isso pode incluir a capacidade de falar, ouvir, ler e escrever no novo idioma; Leffa e Irala (2001).

O conhecimento de uma língua adicional pode ser uma vantagem significativa no mercado de trabalho. Podemos abrir portas para empregos e oportunidades de carreira em empresas multinacionais, organizações internacionais e outros setores nos quais a comunicação intercultural é importante; Jordão (2013).



Aprender uma língua adicional pode fornecer uma compreensão mais profunda da cultura associada a essa língua. Isso pode levar a uma apreciação mais ampla das tradições, arte, literatura e história do país onde a língua é falada; Almeida Filho (2005).

Ter conhecimento de uma língua adicional pode tornar as viagens e o turismo mais seguros e enriquecedores. Os viajantes interagem com os habitantes locais, entendem melhor as atrações turísticas e podem navegar com mais facilidade em um ambiente estrangeiro; Jordão (2013).

Para estudantes, o domínio de uma língua adicional pode ser útil para a pesquisa acadêmica, a leitura de fontes em outros idiomas e a participação em programas de intercâmbio educacional; Bulla e Kuhn (2020).

Para imigrantes e expatriados, o aprendizado da língua do país de acolhimento é essencial para a integração social e cultural, o que pode facilitar a construção de relacionamentos e a participação na vida da comunidade; Fontana, Camargo e Nunes (2022).

Aprender uma língua adicional pode estimular o cérebro e melhorar a capacidade cognitiva. Isso inclui o desenvolvimento da memória, da resolução de problemas e da flexibilidade mental; Fontana, Camargo e Nunes (2022).

A promoção do pluri/multilinguismo contribui para a diversidade linguística e cultural e pode ser vista como um ato de preservação cultural e promoção da compreensão intercultural; Amato (2014).

Com base nos conceitos apresentados, entende-se que o ensino de uma língua adicional visa ampliar as habilidades de comunicação, melhorar a empregabilidade, enriquecer a compreensão cultural e proporcionar diversas vantagens pessoais e profissionais. Os objetivos individuais podem variar amplamente, mas o aprendizado de uma língua adicional pode ser uma experiência útil em muitos aspectos da vida sob uma perspectiva formativa social.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, J. C. P. *O Português como língua não-materna: concepções e contexto de ensino*. Museu da Língua Portuguesa: Estação da Luz, 2005.

AMATO, L. J. D. **Discurso-Cultura-Identidade e a formação de professores de língua estrangeira**. Mateus, Elaine; Oliveira, Nilceia Bueno de. (Org.). Estudos críticos da linguagem e formação de professores/as de línguas: contribuições teórico-metodológicas. 1 ed. Campinas: Pontes, 2014.

BULLA, G. S.; KUHN, T. Z. **ReVEL na Escola: Português como Língua Adicional no Brasil - perfis e contextos implicados**. ReVEL. vol. 18, n. 35, 2020. Disponível em: www.revel.inf.br

FONTANA, A.C; CAMARGO, B.S; NUNES, M.I. **Diferentes nomenclaturas de português como língua não materna**. Revista de Estudos de Português Língua Internacional – Vol. 2, N. 1. 2022. Disponível em: [file:///C:/Users/evita/Downloads/flavioab,+63298+-+Diferentes+nomenclaturas+\(p.+2-10\).pdf](file:///C:/Users/evita/Downloads/flavioab,+63298+-+Diferentes+nomenclaturas+(p.+2-10).pdf)

JORDÃO, C. M. **ILA – ILF – ILE – ILG: Quem dá conta?** Revista Brasileira de Linguística Aplicada - RBLA, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 13-40, 2014.

LEFFA, V. J. **Aspectos políticos da formação do professor de línguas estrangeiras**. In: LEFFA, Vilson J. (Org.). O professor de línguas estrangeiras; construindo a profissão. Pelotas, 2001, v. 1, p. 333-355.

LEFFA, V. J; IRALA, V. **O ensino de outra(s) língua(s) na contemporaneidade: questões conceituais e metodológicas**. In: Vilson J. LEFFA; Valesca B. IRALA. (Orgs.). Uma espiadinha na sala de aula: ensinando línguas adicionais no Brasil. Pelotas: Educat, 2014, p. 21-48.

SCHLATTER, M; BULLA, G. S; COSTA, E. V. **Português como Língua Adicional: uma entrevista com Margarete Schlatter**. ReVEL. vol. 18, n. 35, 2020.